



Mulheres poderão se alistar nas Forças Armadas em 2025, espera Ministério da Defesa

Acesso feminino é atualmente restrito a funções específicas; pelas novas regras, mulheres poderão exercer funções de combate ao completarem 18 anos

O Ministério da Defesa iniciou estudos para que mulheres ingressem nas Forças Armadas em funções de combate. A iniciativa ocorre três meses após o Exército apontar, em um processo no Supremo Tribunal Federal (STF), que a “fisiologia feminina” é fator limitador para o ingresso nas Forças Armadas.

A previsão inicial, segundo portaria assinada pelo ministro José Múcio Monteiro, é de que o primeiro grupo feminino se aliste em 2025 e ingresse nas Forças a partir do ano seguinte.

Atualmente há 34 mil mulheres nas Forças Armadas, em um universo de 360 mil militares. O ingresso feminino teve início em 1980, por iniciativa da Marinha. Em 1982, foi a vez da Força Aérea. Já o Exército começou a aceitar mulheres em suas fileiras em 1992.

No entanto, em todos os casos, esse ingresso começou em carreiras específicas, como saúde, inteligência (logística) e no quadro de material bélico (manutenção de armas e viaturas).

No ano passado, a Procuradoria-Geral da República questionou essa regra e propôs ações no STF.

“Não há fundamento razoável e constitucional apto a justificar a restrição da participação feminina em corporações militares”, afirmou, à época, a procuradora-geral interina Elizeta Ramos.

“Se o legislador e as próprias corporações consideram que as mulheres são aptas a exercerem os referidos cargos, não é plausível estabelecer impedimentos ou restrições ao exercício desse direito fundamental, sob pena da configuração de manifesto tratamento discriminatório e preconceituoso”, disse a procuradora.

No mundo

Enquanto o Brasil discute a participação de mulheres em postos de combate nas Forças Armadas, a presença delas na linha de frente de conflitos e guerras ocorre há cerca de 40 anos em outras partes do mundo.

Pelo menos 17 países contam, alguns deles há décadas, com a presença feminina em unidades que operam na linha de frente das batalhas. E não são apenas nações de regime autoritário, como a Coreia do Norte, ou em guerra, como Israel e Ucrânia, que têm mulheres nessas posições.

A lista inclui vários países ocidentais e seus aliados, como França, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Nova Zelândia, Polônia, Suécia, Austrália, Finlândia, Índia e Canadá.

Exército, Marinha e FAB planejam construções de estruturas para receber mulheres que se alistarem; decisão foi consensual no ministério da Defesa.

O Ministério da Defesa decidiu permitir que mulheres participem do alistamento militar nas Forças Armadas pela 1ª vez a partir de 2025. A decisão foi consensual entre os comandantes militares. O Exército, a Marinha e FAB (Força Aérea Brasileira) planejam as construções de estruturas para receber mulheres que se alistarem. Também há o interesse de realizarem uma campanha para incentivar o ingresso feminino no serviço militar.

O ministro da Defesa, José Múcio, defende que o crescimento do efetivo feminino, oriundo do alistamento feminino, seja gradativo nas Forças. A expectativa inicial é de que 20% das vagas totais sejam reservadas para as mulheres. Do total, em média, 85.000 pessoas se alistam e ingressam nas Forças. O Exército concentra o maior efetivo, com 75.000. É seguido por FAB (7.000) e Marinha (3.000).

O processo de alistamento feminino será muito parecido com o masculino, mas com uma diferença: não será obrigatório. Ao se alistar, o jovem brasileiro permanece na força armada pelo prazo mínimo de 12 meses, podendo se estender por até oito anos. O tema segue em discussão.

Exército alega ‘fisiologia feminina’ para barrar carreira militar para mulheres

Exército afirmou que a inclusão de mulheres pode prejudicar o desempenho devido à “fisiologia feminina”

O Exército se manifestou contra uma iniciativa no Supremo Tribunal Federal (STF) que busca permitir que mulheres tenham acesso a todas as carreiras militares.

O coronel Sandro Ernesto Gomes, chefe da assessoria jurídica do gabinete do comandante da Força, afirmou que a equiparação de condições de acesso para homens e mulheres desconsidera as “peculiaridades de suas atividades”.

Em um dos documentos que fundamentaram a posição do governo, o Exército afirmou que a inclusão de mulheres em certas funções (conhecidas no jargão militar como armas) pode prejudicar o desempenho militar em situações de combate devido à “fisiologia feminina”

“É necessário reconhecer que a fisiologia feminina, refletida na execução de tarefas específicas na zona de combate, pode comprometer o desempenho militar em operações de combate, dependendo do ambiente operacional”, escreveu o coronel Sandro Ernesto Gomes.

O coronel ainda argumenta que em situações em que o *“emprego da violência atinge seus limites, em consequência, também é exigido dos combatentes profissionais extremo esforço físico e mental”*. Esses argumentos, inicialmente destinados a apoio interno, foram enviados ao STF, influenciando a manifestação da Advocacia-Geral da União (AGU).

A AGU, alinhada com os argumentos do Exército, se opôs à ampla concorrência imediata para a carreira militar. O ministro-chefe Jorge Messias, no entanto, decidiu modular a abordagem para evitar endossar a ideia de que a entrada de mulheres em certas armas representaria um enfraquecimento da Força.

O Exército atualmente tem apenas 6% do efetivo composto por mulheres. A presença de mulheres nas Forças Armadas é permitida desde 1992, portanto, há limitações

quanto à entrada em armas consideradas mais combatentes. A Advocacia-Geral da União (AGU) procura distinguir a carreira militar das Polícias Militares, defendendo critérios específicos para a composição das Forças Armadas.